

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, FORMAÇÃO E PROJETOS DE VIDA: EXPECTATIVAS DE JOVENS UNIVERSITÁRIOS E DO PROJETO CAPACITAÇÃO DE MARINHEIROS¹**UNIVERSITY EXTENSION, TRAINING, AND LIFE PROJECTS: EXPECTATIONS OF YOUNG UNIVERSITY STUDENTS AND THE SAILOR TRAINING PROJECT****EXTENSIÓN UNIVERSITARIA, FORMACIÓN Y PROYECTOS DE VIDA: EXPECTATIVAS DE LOS JÓVENES UNIVERSITARIOS Y EL PROYECTO DE FORMACIÓN DE MARINEROS**

10.56238/revgeov17n2-103

Henrique Dias Gomes de Nazareth

Doutor em Educação

Instituição: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio)

E-mail: henrique.dias@unirio.br

Julio Cesar Silva Macedo

Doutor em Educação

Instituição: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio)

E-mail: julio.macedo@unirio.br

RESUMO

Em contextos marcados por desigualdades estruturais, a construção de projetos de vida por jovens de origem popular assume contornos específicos, especialmente no que se refere à permanência educacional e à inserção profissional. Este estudo analisa as expectativas acadêmicas e profissionais de estudantes de graduação de uma universidade pública federal, investigando como tais perspectivas se articulam às condições materiais e ao horizonte de possibilidades percebido. Trata-se de pesquisa de abordagem qualitativa, realizada com 107 discentes, por meio de questionário semiestruturado aplicado no âmbito de projeto de extensão universitária. Os resultados indicam que a formação superior é fortemente associada à mobilidade social e à estabilidade profissional, embora permeada por inseguranças relacionadas à permanência e à inserção no mercado de trabalho. Observa-se que os projetos de vida são condicionados por fatores socioeconômicos, capital cultural e redes de apoio, evidenciando tensões entre expectativas individuais e limites estruturais. Como desdobramento analítico, sugere-se a ampliação da investigação para participantes do projeto extensionista, a fim de comparar diferentes campos de possibilidades formativas e profissionais.

Palavras-chave: Juventudes. Projetos de Vida. Permanência Universitária.

¹ O Projeto Capacitação de Marinheiros constitui ação de extensão universitária vinculada à Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) em parceria com a organização não governamental Projeto Mais Comunidade (PROMACOM), destinada à formação e qualificação de jovens em contextos de vulnerabilidade socioeconômica e egressos dos corpo de fuzileiros navais. O projeto articula atividades formativas, orientação acadêmica e acompanhamento pedagógico, buscando ampliar o campo de possibilidades educacionais e profissionais dos participantes.



ABSTRACT

In contexts marked by structural inequalities, the construction of life projects by young people from working-class backgrounds takes on specific contours, especially regarding educational retention and professional integration. This study analyzes the academic and professional expectations of undergraduate students at a federal public university, investigating how these perspectives are articulated with material conditions and the perceived horizon of possibilities. This is a qualitative research study, conducted with 107 students, using a semi-structured questionnaire applied within the scope of a university extension project. The results indicate that higher education is strongly associated with social mobility and professional stability, although permeated by insecurities related to retention and integration into the job market. It is observed that life projects are conditioned by socioeconomic factors, cultural capital, and support networks, highlighting tensions between individual expectations and structural limitations. As an analytical development, it is suggested that the investigation be expanded to include participants in the extension project, in order to compare different fields of formative and professional possibilities.

Keywords: Youth. Life Projects. University Retention.

RESUMEN

En contextos marcados por desigualdades estructurales, la construcción de proyectos de vida por parte de jóvenes de sectores populares adquiere contornos específicos, especialmente en lo que respecta a la permanencia en la educación y la inserción profesional. Este estudio analiza las expectativas académicas y profesionales de estudiantes universitarios de una universidad pública federal, investigando cómo estas perspectivas se articulan con las condiciones materiales y el horizonte de posibilidades percibido. Se trata de una investigación cualitativa, realizada con 107 estudiantes, mediante un cuestionario semiestructurado aplicado en el marco de un proyecto de extensión universitaria. Los resultados indican que la educación superior está fuertemente asociada con la movilidad social y la estabilidad profesional, aunque permeada por inseguridades relacionadas con la permanencia y la integración en el mercado laboral. Se observa que los proyectos de vida están condicionados por factores socioeconómicos, capital cultural y redes de apoyo, lo que pone de manifiesto las tensiones entre las expectativas individuales y las limitaciones estructurales. Como desarrollo analítico, se sugiere ampliar la investigación para incluir a los participantes del proyecto de extensión, con el fin de comparar diferentes ámbitos de posibilidades formativas y profesionales.

Palabras clave: Jóvenes. Proyectos de Vida. Retención Universitaria.



1 INTRODUÇÃO

As juventudes brasileiras têm sido atravessadas por transformações profundas nas esferas educacional, laboral e cultural, que tensionam e ressignificam seus modos de existir e de projetar o futuro. Em um cenário marcado pela ampliação do acesso à educação básica e superior, pela persistência e reconfiguração das desigualdades sociais e pela precarização das formas de inserção no trabalho, pensar juventudes e seus projetos de vida implica articular desejos individuais, expectativas coletivas e planos concretos com as condições reais de escolarização, de transição para a vida adulta e de garantia de direitos sociais. Esses projetos não se constroem no vazio, mas no interior de um “campo de possibilidades” historicamente situado, atravessado por políticas públicas, dinâmicas econômicas e disputas simbólicas que ampliam ou restringem horizontes juvenis.

O Brasil vive o chamado bônus demográfico (Bussinguer; Neves, 2016, p. 266) que se refere a um período específico da transição demográfica em que a redução das taxas de fecundidade e mortalidade altera a estrutura etária da população, diminuindo a razão de dependência e ampliando a proporção de pessoas em idade potencialmente ativa em relação aos grupos considerados economicamente dependentes. No caso brasileiro, esse fenômeno está associado à retração do contingente infantil e à ampliação relativa da população jovem e adulta, especialmente entre 15 e 29 anos, configurando uma janela de oportunidade historicamente limitada para o crescimento econômico e o fortalecimento dos sistemas de proteção social. Trata-se, contudo, de uma oportunidade socialmente condicionada: seus efeitos positivos dependem da capacidade de transformar essa vantagem demográfica em maior escolarização, inserção laboral qualificada e ampliação efetiva de direitos, não se realizando de forma automática.

Nesse sentido, o bônus demográfico juvenil coloca como desafio urgente a necessidade de qualificar melhor os jovens brasileiros, pois são eles que sustentarão os próximos ciclos de desenvolvimento em um país que envelhece rapidamente, em um contexto marcado por históricas desigualdades no acesso a direitos sociais que incidem de forma particularmente aguda sobre a juventude. Como argumentam Peregrino, Pinheiro e Souza (2018), educação e trabalho tornam-se eixos centrais dessa equação, na medida em que a ampliação dos níveis de escolarização não tem sido acompanhada, de forma equivalente, por melhores condições de inserção laboral, sobretudo para jovens das camadas populares.

Os autores mostram que, embora os indicadores educacionais revelem avanços importantes nas últimas décadas — como a ampliação da frequência escolar líquida e o aumento da presença de jovens negros e pobres no ensino médio e superior —, esses ganhos ocorrem em um contexto de fragilização do mundo do trabalho, marcado pela informalidade, pela instabilidade dos vínculos e pela redução das oportunidades de emprego decente. Essa dissociação entre escolarização ampliada e inserção laboral qualificada produz ambiguidades centrais para a compreensão dos projetos juvenis: ao mesmo tempo



em que a escola permanece como referência simbólica de ascensão social, o cotidiano escolar e as perspectivas pós-escolarização são vividos sob a incerteza, a frustração e a precariedade.

Além disso, as transformações recentes nas políticas públicas de juventude — especialmente no ciclo iniciado a partir de 2005, com a institucionalização de marcos legais, espaços participativos e programas voltados à educação e ao trabalho — contribuíram para ampliar expectativas e redefinir demandas juvenis. As Conferências Nacionais de Juventude analisadas por Peregrino, Pinheiro e Souza (2018) evidenciam que os jovens não apenas reivindicam acesso à escola e ao emprego, mas articulam essas dimensões à luta por reconhecimento, participação política, diversidade e trabalho decente, deslocando a juventude da condição de mera beneficiária para a de sujeito de direitos.

É nesse contexto de avanços desiguais, expectativas ampliadas e retrocessos recentes que os projetos de vida juvenis ganham centralidade analítica. Longe de serem expressões exclusivamente individuais ou psicológicas, esses projetos revelam a forma como os jovens interpretam, negociam e respondem às condições estruturais que moldam suas trajetórias educacionais e laborais. Assim, analisar juventudes e projetos de vida exige compreender como políticas educacionais, transformações no mundo do trabalho e disputas em torno dos direitos sociais incidem concretamente sobre os horizontes de futuro possíveis — e desejáveis — para diferentes segmentos juvenis no Brasil contemporâneo.

Neste artigo, juventude é compreendida como uma condição social, histórica e relacional, produzida em contextos específicos e vivida de forma desigual, marcada por múltiplas transições entre escola, trabalho, família e espaços de sociabilidade. Tal compreensão rompe com definições estritamente etárias ou biologizantes, ao reconhecer que a experiência juvenil não se organiza de maneira linear nem homogênea, mas é atravessada por desigualdades estruturais e por diferentes possibilidades de acesso a direitos. Como destacam Peregrino, Pinheiro e Souza (2018), a juventude deve ser entendida como sujeito de direitos, cuja condição social se constrói na relação com políticas públicas, com o mundo do trabalho e com os processos de escolarização, especialmente em uma sociedade marcada por profundas assimetrias sociais.

Nessa perspectiva, o uso do termo juventudes, no plural, torna-se analiticamente central, pois evidencia a diversidade de experiências juvenis e a impossibilidade de apreendê-las como um grupo social uniforme. Almeida e Alves (2021) argumentam que falar em juventudes implica reconhecer que os jovens vivenciam distintos espaços educativos, produzem culturas juvenis heterogêneas, estabelecem relações diversas com as tecnologias digitais e com os territórios que habitam, além de serem atravessados por marcadores como classe social, raça, gênero e sexualidade. Essa pluralidade demanda, segundo os autores, “olhares caleidoscópicos” por parte dos educadores, capazes de captar a complexidade e a dinamicidade das experiências juvenis (Almeida; Alves, 2021).



Estudos empíricos recentes reforçam essa concepção ao evidenciar como as juventudes escolarizadas constroem seus projetos de vida em contextos marcados por restrições materiais e simbólicas. Ao analisar jovens de uma escola pública situada em área periférica de Viamão (RS), Torres (2024) demonstra que esses sujeitos possuem clara consciência de sua condição juvenil e reconhecem a centralidade da escola em seus projetos de futuro, ainda que enfrentem dificuldades para conciliar trabalho e estudo e percebam limites na qualidade da educação pública. Esses achados corroboram a ideia de que os projetos de vida juvenis são elaborados em permanente negociação entre desejos individuais e condições objetivas, sendo profundamente influenciados pelas oportunidades — ou pela ausência delas — oferecidas pelos sistemas educacionais e pelas políticas públicas (Torres; Oliveira, 2025).

Assim, compreender juventude como condição social relacional permite deslocá-la da posição de “problema social” ou de simples etapa preparatória para a vida adulta, reconhecendo os jovens como sujeitos ativos, produtores de sentidos, culturas e projetos. Essa abordagem é fundamental para analisar os projetos de vida juvenis não como escolhas puramente individuais, mas como construções socialmente situadas, atravessadas por desigualdades, expectativas institucionais e disputas em torno do direito à educação, ao trabalho e à participação social (Peregrino; Pinheiro; Souza, 2018; Torres, 2024).

No campo educacional, a centralidade atribuída ao “projeto de vida” ganhou visibilidade nas políticas curriculares recentes, como a Lei nº 13.415/2017, que estabelece que “Os currículos do ensino médio deverão considerar a formação integral do aluno, de maneira a adotar um trabalho voltado para a construção de seu projeto de vida e para sua formação nos aspectos físicos, cognitivos e socioemocionais (Lei nº 13.415/2017, art. 3º, §7º). Nas práticas pedagógicas voltadas ao ensino médio, o tema é frequentemente associado à escolha profissional e ao acesso ao ensino superior como vias privilegiadas de mobilidade social, o que Dornelles (2021) critica como reducionista: “falar de projetos de vida acaba não sendo uma prioridade educativa [...] acarreta armadilhas que passam a considerar enquanto parte de um currículo que intenciona, de modo geral, a preparação para a universidade, para o pós-ensino médio e ao mercado de trabalho” (Dornelles, 2021, p. 40). Pesquisas como as de Fodra (2016), Carli (2018) e Sousa (2020) ilustram essa tendência, analisando componentes curriculares de “projeto de vida” em escolas de tempo integral.

Entretanto, estudos têm mostrado que os projetos de vida juvenis são atravessados por experiências de classe, gênero, raça, território e trabalho, produzindo campos de possibilidade desiguais e, muitas vezes, marcados por incertezas quanto ao futuro acadêmico e profissional. Dornelles sintetiza essa perspectiva sócio-histórico-cultural: “nos projetos de vida dos/as jovens, são considerados contextos sociais e relacionais, os grupos culturais, questões de classe, de raça, de gênero, de orientação sexual, de territórios” (Dornelles, 2021, p. 41).



Inscrita nesse debate, a pesquisa que fundamenta este artigo ancora-se em dados produzidos no âmbito de um projeto de extensão desenvolvido em uma universidade pública federal, que aplicou um questionário à comunidade estudantil durante evento acadêmico, buscando compreender perfis sociodemográficos, trajetórias escolares, motivações para ingresso e permanência, dificuldades no percurso formativo e expectativas em relação ao futuro profissional. Os resultados indicam um público majoritariamente jovem, com forte presença de estudantes de origem popular, primeira geração no ensino superior ou com pouca tradição universitária na família, sinalizando simultaneamente trajetórias marcadas por desafios escolares e intensos investimentos pessoais e familiares na formação.

Este artigo adota um desenho misto que articula revisão sistemática qualitativa da literatura sobre juventudes e projetos de vida com estudo empírico descritivo-analítico baseado em questionário. O eixo articulador são as perspectivas de vida acadêmica e profissional de jovens universitários em contexto de ensino superior público federal, tensionando políticas curriculares oficiais com condições socio-regionais concretas.

Objetiva-se analisar as perspectivas de vida acadêmica e profissional de jovens universitários em contexto de ensino superior público federal. Especificamente, busca-se: (i) caracterizar perfis sociodemográficos e trajetórias escolares; (ii) identificar motivações, dificuldades e permanência universitária; (iii) mapear expectativas profissionais e seus atravessamentos interseccionais. Pergunta-se: como jovens de origem popular, participantes de projeto de extensão universitária pública federal, constroem seus projetos de vida em tensão entre políticas educacionais oficiais e condições socio-regionais concretas?

Após esta introdução, apresenta-se a revisão sistemática sobre juventudes e projetos de vida; em seguida, os resultados empíricos; finalizando com discussões e considerações finais.

2 REVISÃO SISTEMÁTICA

A revisão sistemática qualitativa da literatura é compreendida, neste estudo, como um procedimento metodológico rigoroso e transparente de identificação, seleção, organização e análise crítica da produção acadêmica sobre determinado objeto, orientado por critérios previamente definidos. Diferentemente de revisões narrativas ou ensaísticas, a revisão sistemática busca mapear de forma abrangente e controlada o estado do conhecimento em um campo específico, permitindo identificar recorrências temáticas, disputas teóricas, lacunas analíticas e tendências interpretativas na produção científica (Silva; Chrispino; Melo, 2025).

Conforme explicitam Silva, Chrispino e Melo (2025), esse tipo de revisão não se limita à descrição do volume de publicações, mas combina procedimentos quantitativos — como a catalogação de periódicos, autores, instituições e palavras-chave — com análises qualitativas orientadas pela leitura sistemática dos textos, possibilitando uma visão “topográfica” do campo investigado. Trata-se,



portanto, de uma estratégia metodológica particularmente adequada para pesquisas que buscam compreender como determinados temas são construídos, disputados e ressignificados no interior da produção acadêmica.

No presente artigo, a revisão sistemática qualitativa cumpre a função de contextualizar analiticamente o debate sobre juventudes e projetos de vida, identificando os principais enfoques teóricos, os usos do conceito e as inflexões produzidas pelas políticas educacionais recentes. Esse movimento permite situar o estudo empírico não como um caso isolado, mas como parte de um campo de produção de conhecimento mais amplo, ao mesmo tempo em que evidencia lacunas e tensões que justificam a investigação das perspectivas de vida acadêmica e profissional de jovens universitários em contexto de ensino superior público federal (Silva; Chrispino; Melo, 2025).

A busca bibliográfica foi realizada no Google Acadêmico, utilizando a expressão exata “juventudes e projetos de vida” e delimitando o recorte temporal entre 2021 e 2025. A opção por essa base justifica-se por seu amplo escopo de indexação, que inclui artigos de periódicos, teses e dissertações, possibilitando uma visão abrangente da produção acadêmica recente sobre a temática. Essa etapa inicial resultou em 39 registros.

Em seguida, procedeu-se à leitura sistemática dos títulos e resumos, etapa fundamental da revisão sistemática, com o objetivo de verificar a aderência dos trabalhos ao foco analítico do estudo. Foram definidos previamente critérios de inclusão e exclusão, conforme recomendam estudos metodológicos sobre revisões sistemáticas qualitativas (Silva; Chrispino; Melo, 2025). Como critérios de inclusão, consideraram-se: (i) pesquisas que tomassem as juventudes como categoria analítica central; (ii) estudos vinculados a contextos educativos formais, especialmente educação básica, ensino médio, educação profissional ou ensino superior; e (iii) trabalhos que abordassem explicitamente projetos de vida, perspectivas de futuro ou expectativas acadêmicas e/ou profissionais. Foram excluídos textos sem recorte educacional definido ou produções que utilizassem o termo “projeto de vida” de forma meramente normativa ou instrumental, sem análise empírica ou teórica consistente.

A aplicação desses critérios resultou na seleção de 6 textos para compor o corpus da revisão sistemática. Os documentos selecionados abordam empiricamente a temática das juventudes, dos projetos de vida e da educação no contexto brasileiro, com ênfase predominante no ensino médio e na educação profissional técnica integrada. Trata-se de artigos, dissertações e teses publicados entre 2021 e 2025, que investigam as aspirações profissionais, as expectativas educacionais e os desafios vivenciados por jovens escolarizados, sobretudo em contextos periféricos e de vulnerabilidade social.

A definição do corpus fundamentou-se, portanto, não na quantidade de publicações, mas na relevância analítica e na densidade teórico-empírica dos estudos, conforme orientação da revisão sistemática qualitativa. Esses textos foram considerados representativos do estado da arte por explorarem, de maneira aprofundada, a relação entre escolarização, condições sociais e construção de



projetos de vida juvenis, oferecendo subsídios analíticos para a contextualização e interpretação dos dados empíricos do presente estudo (Silva; Chrispino; Melo, 2025).

A análise do corpus adotou uma abordagem qualitativa de análise de conteúdo, inspirada em Bardin (2011), com extração de trechos significativos por meio de buscas semânticas em palavras-chave como "juventudes" e "projetos de vida". Essa etapa inicial permitiu categorizar os documentos em dois grupos principais: (i) estudos empíricos com dados primários de grupos focais e questionários, como o TCC de Raquel Amaro da Silveira Torres (2024), que investigou 20 jovens de Viamão/RS e revelou aspirações por estabilidade financeira via ensino superior apesar de obstáculos como trabalho familiar; e (ii) teses sobre trajetórias formativas, a exemplo da dissertação de Glória Cristina Pereira Gomides Gomes (2021) sobre egressas do Pro-Técnico do CEFET-MG e da tese de Juceli Baldissera Felckilcker (2023) sobre impactos da pandemia em cursos integrados do IFC-SC. Foram priorizados excertos de resumos, introduções e resultados, totalizando unidades de análise com mais de 200 mil caracteres analisados, para garantir saturação temática sem redundâncias.

Os procedimentos éticos seguiram a Resolução 510/2016 do CNS, com anonimato das instituições e sujeitos nos excertos selecionados, e os dados foram triangulados para sintetizar padrões recorrentes, como a crítica à disciplina "Projeto de Vida" por falta de orientação prática e o desejo predominante por autonomia econômica entre juventudes periféricas. Essa metodologia assegura robustez à revisão sistemática, permitindo uma síntese concisa das contribuições do corpus para o entendimento das tensões entre desejos futuros e realidades educacionais dos jovens brasileiros.

A Tabela 1 apresenta a síntese dos estudos que compõem o corpus da revisão sistemática, organizada em termos de tipo de produção, contexto juvenil, objetivos, metodologias e foco em vida acadêmica e profissional.

Tabela 1 – Estudos sobre juventudes e projetos de vida

Título	Tipo	Contexto / público juvenil	Objetivo central	Metodologia principal	Foco em vida acadêmica e profissional
“E depois da escola? Um estudo sobre os projetos de vida de jovens escolarizados de Viamão (RS)”	Trabalho de Conclusão de Curso	Jovens de 17 a 20 anos, 3º ano do ensino médio, escola pública em área periférica de Viamão/RS	Analisar desejos e perspectivas de projetos de vida de jovens escolarizados em uma escola periférica	Abordagem qualitativa; pesquisa aplicada, exploratória e descritiva; observação participante; estudo de caso com grupo(s) focal(is); análise de conteúdo	Foco marcado em acesso ao ensino superior, conciliação entre trabalho e estudo e papel da escola na mobilidade social
“Projetos de vida de estudantes egressos de	Tese de Doutorado em Educação	54 egressos de cursos técnicos integrados ao	Compreender projetos de vida de egressos e as contribuições	Pesquisa descritiva, exploratória, qualitativa, com abordagem	Foco central na continuidade dos estudos (especialmente



<p>“cursos técnicos integrados ao ensino médio: expectativas e concretizações”</p>		<p>ensino médio do Instituto Federal Catarinense</p>	<p>dos processos formativos dos cursos técnicos integrados</p>	<p>sistêmica; instrumentos aplicados a egressos; análise por Núcleos de Significação com apoio de software de análise qualitativa</p>	<p>ensino superior), inserção no mundo do trabalho, rendimentos e impactos da pandemia nas trajetórias acadêmico-profissionais</p>
<p>“Juventudes escolarizadas de Viamão (RS) e seus projetos de vida: futuros possíveis ou desejáveis?”</p>	<p>Artigo em periódico científico</p>	<p>20 jovens do 3º ano do ensino médio, escola pública periférica em Viamão/RS</p>	<p>Compreender projetos de vida de juventudes escolarizadas de Viamão e o papel da escola nesse planejamento</p>	<p>Abordagem qualitativa; estudo de caso com dois grupos focais; pesquisa aplicada, exploratória e descritiva; análise de conteúdo e uso de nuvens de palavras</p>	<p>Foco forte em planos de continuidade dos estudos (ensino superior e cursos profissionalizantes), associados à busca por estabilidade financeira</p>
<p>“Projetos de vida e aspirações profissionais de jovens egressas do curso Pro-Técnico do CEFET-MG”</p>	<p>Dissertação de Mestrado em Educação Tecnológica</p>	<p>Jovens mulheres de baixa renda, egressas do curso de extensão Pro-Técnico do CEFET-MG</p>	<p>Analisar projetos de vida e aspirações profissionais das egressas, considerando a influência da divisão sexual do trabalho</p>	<p>Pesquisa qualitativa, de base dialética; rodas de conversa e entrevistas semiestruturadas remotas; análise interpretativa de excertos</p>	<p>Foco central em escolhas de carreira, múltiplas jornadas, permanência ou retorno aos estudos e barreiras de gênero no mundo do trabalho</p>
<p>“Juventudes e projeto de vida: uma Revisão Bibliográfica na área da Educação (2011–2020)”</p>	<p>Trabalho de Conclusão de Curso</p>	<p>Juventudes abordadas em teses e dissertações de programas de pós-graduação em Educação no Brasil (2011–2020)</p>	<p>Investigar compreensões de projeto de vida presentes em pesquisas de pós-graduação em Educação que enfoquem juventudes</p>	<p>Pesquisa bibliográfica em repositórios de teses e dissertações; seleção por descritores; organização em quadros; análise categorial (tipo de publicação, região, metodologias, referenciais)</p>	<p>Foco indireto na vida acadêmica e profissional, ao mapear como as pesquisas tratam trajetórias escolares, escolhas profissionais e participação juvenil</p>
<p>“Juventudes e projetos de vida”</p>	<p>Capítulo de livro / caderno temático</p>	<p>Juventudes em contextos escolares e de políticas públicas, tomadas como referência teórico-metodológica</p>	<p>Discutir concepções de juventudes e projetos de vida e propor caminhos pedagógicos para trabalhar a temática com jovens</p>	<p>Texto teórico-metodológico, com base em revisão de literatura e experiências de pesquisa/extensão; caráter ensaístico</p>	<p>Foco conceitual nas relações entre projetos de vida, escolarização, trabalho e territórios, oferecendo orientações para práticas que apoiem decisões acadêmicas e profissionais</p>

Fonte: Elaboração própria, a partir dos estudos do corpus.

O corpus analisado é composto por seis produções acadêmicas que abordam, sob diferentes enfoques, as relações entre juventudes, escolarização, trabalho e projetos de vida. Reúnem-se dois trabalhos de conclusão de curso, em Pedagogia e Geografia, uma tese de doutorado e uma dissertação



de mestrado em Educação/Educação Tecnológica, um artigo publicado em periódico científico e um caderno temático em formato de capítulo de livro. Essa diversidade de níveis de formação e formatos editoriais confere ao corpus tanto densidade empírica quanto amplitude teórico-metodológica, permitindo articular análises situadas em contextos específicos com panoramas mais gerais da produção brasileira sobre o tema.

Do ponto de vista metodológico, observa-se predominância da abordagem qualitativa nas pesquisas empíricas, com uso recorrente de estudo de caso, grupos focais, entrevistas semiestruturadas, observação participante e análise de conteúdo. A tese e a dissertação, ao trabalharem com egressos de cursos técnicos integrados e jovens mulheres de baixa renda, respectivamente, aprofundam a análise por meio de dispositivos como Núcleos de Significação e abordagem dialética, o que amplia a capacidade interpretativa sobre como contextos formativos e relações de gênero atravessam os projetos de vida juvenis. Complementarmente, o TCC em Pedagogia desenvolve uma revisão bibliográfica sistemática em teses e dissertações da área de Educação (2011–2020), cartografando tipos de publicação, recortes regionais e opções metodológicas na pesquisa sobre juventudes e projeto de vida, enquanto o caderno temático sistematiza uma discussão conceitual e pedagógica sobre projetos de vida, oferecendo referências para a prática educativa com jovens.

Em termos temáticos, os estudos convergem ao enfatizar que os projetos de vida são elaborados em forte articulação com condições socioeconômicas, experiências escolares e possibilidades de inserção no mundo do trabalho. Nos trabalhos que focalizam juventudes escolarizadas em contexto periférico de Viamão (RS), a escola pública aparece simultaneamente como espaço de sociabilidade e horizonte de mobilidade social, mas também como instituição que, muitas vezes, não oferece informações e apoio suficientes para o acesso ao ensino superior. Na tese desenvolvida com egressos de cursos técnicos integrados do Instituto Federal Catarinense, destacam-se as contribuições da formação omnilateral e os impactos da pandemia de Covid-19 na continuidade dos estudos e na inserção profissional, evidenciando rearranjos nos projetos de vida diante de um cenário de incertezas. Já a dissertação realizada com egressas do Pro-Técnico do CEFET-MG explicita como a divisão sexual do trabalho, as múltiplas jornadas e as discriminações de gênero reconfiguram expectativas profissionais e trajetórias escolares de jovens mulheres de baixa renda.

Por fim, os textos de revisão e de natureza ensaística situam essas investigações empíricas em um campo teórico que compreende projetos de vida como processos marcados por campos de possibilidades, trajetórias não lineares e disputas de sentidos sobre juventude. Ao evidenciar a concentração de pesquisas em determinadas regiões do país, a centralidade de certos referenciais (como abordagens sócio-histórico-culturais) e o ainda limitado envolvimento dos próprios jovens como coautores dos processos investigativos, essas produções contribuem para problematizar não



apenas o que se pesquisa sobre juventudes e projetos de vida, mas também como e com quem se pesquisa.

3 JUVENTUDES EM CURSO: QUESTIONÁRIO, PROCEDIMENTOS E RESULTADOS SOBRE PERMANÊNCIA E PROJETOS DE VIDA

A pesquisa empírica articula a aplicação de um questionário estruturado, elaborado em ambiente virtual e aplicado no contexto de um evento acadêmico de integração universitária, com o objetivo de investigar condições de permanência, trajetórias acadêmicas e perspectivas de vida de estudantes em diferentes situações em relação ao ensino superior. O instrumento foi concebido no âmbito de um projeto de extensão voltado à formação e ao apoio ao ingresso e permanência de pessoas de baixa renda na universidade, e foi respondido por cento e sete participantes, permitindo compor um panorama descritivo-analítico das juventudes envolvidas – aquelas que, como Almeida e Alves (2021) descrevem, constroem projetos de vida em "campos de possibilidades" delimitados por desigualdades sociais, onde a universidade pública emerge como espaço de aspiração tensionado por precariedades materiais (ALMEIDA; ALVES, 2021, p. 27). As respostas analisadas referem-se aos questionários preenchidos integralmente nas variáveis centrais, resguardando-se o anonimato dos sujeitos e das instituições, em conformidade com a Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde.

O questionário foi organizado em três blocos principais, que dialogam diretamente com os objetivos específicos do artigo. O primeiro bloco, intitulado “Perfil do participante”, reúne questões sociodemográficas relativas à idade, gênero, raça/cor, renda familiar, escolaridade da família e tipo de escola em que o participante cursou a maior parte do ensino médio. O segundo bloco, dirigido a quem está cursando ou já cursou o ensino superior, contempla a situação atual em relação à universidade (pública federal, pública estadual, privada com ou sem bolsa, curso concluído ou evasão), o nível de satisfação com o curso em escala de 0 a 10, a experiência de ter pensado em desistir e, em caso afirmativo, o principal motivo para essa quase-desistência, bem como os tipos de apoio considerados essenciais para a permanência. O terceiro bloco é subdividido em dois conjuntos de questões: um voltado para quem já evadiu do ensino superior, com perguntas sobre o momento da evasão, o motivo principal, a renda familiar na época e o desejo de retomar os estudos; e outro dirigido a quem já concluiu o curso, investigando desafios enfrentados, fatores que contribuíram para a permanência e apoios institucionais que ajudaram na conclusão.

Do ponto de vista dos procedimentos de análise, as questões fechadas foram tratadas por meio de estatísticas descritivas (frequências e distribuições percentuais aproximadas), permitindo caracterizar o perfil sociodemográfico, mapear padrões de satisfação e insatisfação com o curso, bem como identificar motivos mais recorrentes de quase-desistência, evasão e permanência. As respostas abertas e campos “outro” foram examinados qualitativamente, buscando-se captar nuances que



explicitassem sentidos atribuídos pelos participantes às suas trajetórias acadêmicas e às condições de permanência – sentidos que, conforme Dornelles (2021), revelam projetos juvenis labirínticos e reversíveis, como na "geração ioiô" de Pais, onde incertezas econômicas e acadêmicas presentificam o futuro (DORNELLES, 2021, p. 16). Essa combinação de descrições numéricas e interpretações qualitativas possibilita articular os dados empíricos aos objetivos do estudo: (i) caracterizar perfis sociodemográficos e trajetórias escolares; (ii) identificar motivações, dificuldades e permanência universitária; e (iii) mapear expectativas acadêmicas e profissionais e seus atravessamentos interseccionais.

Os resultados do primeiro bloco indicam um público majoritariamente jovem, com forte concentração na faixa etária de 18 a 24 anos, embora haja presença de estudantes entre 25 e 34 anos e de 35 anos ou mais, o que evidencia a coexistência de trajetórias “tradicionais” de acesso ao ensino superior e percursos marcados por interrupções, retornos tardios ou reorientações de vida. Em termos de gênero, observou-se predominância de participantes que se identificam como femininos, seguidos pelos que se identificam como masculinos, com poucas respostas de pessoas não binárias ou que preferem não declarar, o que se alinha à tendência de feminização relativa das matrículas no ensino superior – tendência que Gomes (2021) observa em egressas pobres de educação técnica, onde múltiplas jornadas de cuidado e trabalho restringem projetos femininos (GOMES, 2021, p. 63). No que se refere à raça/cor, as respostas distribuem-se principalmente entre brancos e pardos, com menor incidência de pretos, amarelos e indígenas, além da opção “prefiro não responder”, configurando um recorte étnico-racial ainda desigual, mas com ampliação da participação de estudantes não brancos, em especial oriundos das camadas populares.

A renda familiar dos respondentes concentra-se nas faixas de até 1 salário mínimo, de 1 a 3 salários mínimos e de 3 a 5 salários mínimos, com menor presença de rendas superiores a 5 salários mínimos, compondo um cenário em que a vulnerabilidade econômica é um dado relevante da experiência universitária declarada pelos participantes. A escolaridade familiar reforça esse quadro: parcela significativa dos estudantes indica que nem pais nem irmãos concluíram o ensino superior, ou que apenas alguns familiares o fizeram, o que permite caracterizar muitos como primeira geração no ensino superior ou pertencentes a famílias com fraca tradição universitária. Essa condição se articula à origem escolar majoritariamente em escolas públicas estaduais e municipais, complementada por egressos de escolas particulares com bolsas integrais ou parciais e, em menor número, de escolas privadas sem bolsa e de instituições federais de educação básica e profissional. Em conjunto, esses dados sugerem trajetórias marcadas por mecanismos de compensação, como cotas, bolsas e programas de financiamento, bem como por intensos investimentos pessoais e familiares na formação – investimentos que, como Almeida e Alves (2021) argumentam, posicionam a universidade como



"espaço privilegiado de mobilidade social", apesar de frustrações por currículos insensíveis às desigualdades (ALMEIDA; ALVES, 2021, p. 15).

No segundo bloco, relativo às experiências atuais no ensino superior, a maioria dos respondentes declara estar cursando uma universidade pública federal, seguida por estudantes de universidades públicas estaduais e de instituições privadas (com ou sem bolsa), ao lado de um grupo que já concluiu seus cursos e outro que abandonou ou evadiu. Essa diversidade de situações permite observar, no mesmo instrumento, trajetórias em andamento, trajetórias exitosas em termos de diplomação e trajetórias interrompidas, o que reforça a abordagem da evasão e da permanência como processos, e não apenas como eventos pontuais. O nível de satisfação com o curso, aferido em escala de 0 a 10, tende a se concentrar em valores intermediários e altos (entre 6 e 9), ainda que haja registros de notas muito baixas (entre 0 e 4), sugerindo uma relação ambivalente com a experiência universitária: por um lado, há reconhecimento do curso e da universidade como espaços importantes de formação e de construção de projetos de vida; por outro, persistem frustrações com o currículo, com a qualidade do ensino e com as condições institucionais de estudo.

Quando perguntados se já pensaram em desistir do curso, muitos estudantes respondem “Sim, frequentemente” ou “Sim, algumas vezes”, enquanto um grupo menor afirma nunca ter cogitado essa possibilidade. Para aqueles que relataram ter pensado em desistir, o questionário solicita a escolha de um motivo principal, entre alternativas como dificuldades financeiras, dificuldade em acompanhar as matérias, decepção com a qualidade do curso ou dos professores, problemas de saúde mental (ansiedade, depressão, burnout), dificuldade de conciliar estudo e trabalho, falta de identificação com a futura profissão, falta de apoio familiar, problemas de saúde física e questões de deslocamento/transporte. A distribuição das respostas concentra-se especialmente em dificuldades financeiras, dificuldades acadêmicas, decepção com o curso ou com a docência, problemas de saúde mental e conciliação trabalho-estudo. Esse conjunto revela que a permanência universitária é vivida como um processo vulnerável a múltiplas dimensões – materiais, pedagógicas, emocionais e de saúde –, reforçando a compreensão de projetos de vida acadêmicos como construções tensionadas por desigualdades de classe, condições de trabalho, experiências escolares e bem-estar psíquico, em linha com a "condição labiríntica" das juventudes que Dornelles (2021) sintetiza a partir de Pais: trajetórias não lineares, com incertezas que demandam escolhas constantes em contextos de precariedade (DORNELLES, 2021, p. 16).

Ainda nesse bloco, os estudantes são convidados a indicar, entre nove alternativas, até três tipos de apoio considerados mais essenciais para sua permanência na universidade. As respostas destacam, com grande frequência, bolsas e auxílios financeiros, seguidas de restaurante universitário a preços acessíveis, transporte/deslocamento, flexibilidade de horários e apoio psicológico e psicopedagógico. Também aparecem, com menor intensidade, moradia estudantil, programas de monitoria e reforço



acadêmico, bolsas de pesquisa/extensão e creche/cuidado infantil para estudantes que acumulam responsabilidades de cuidado. Ao serem cotejados, esses itens revelam que os projetos de vida universitários dependem de uma rede de suporte que articula políticas de assistência estudantil, condições acadêmicas de acompanhamento das disciplinas e políticas de cuidado, especialmente no caso de estudantes que trabalham, que sustentam suas famílias ou que enfrentam situações de adoecimento psíquico – rede que, como Gomes (2021) evidencia em jovens egressas técnicas de baixa renda, mitiga sobrecargas de gênero e classe via socialização e estratégias de resistência (GOMES, 2021, p. 67).

No bloco voltado aos participantes que já haviam evadido do ensino superior, o questionário busca compreender em que momento do percurso a evasão se deu (primeiro ano, segundo ano, meio do curso, semestres finais ou “não lembro com precisão”) e qual foi o principal motivo para essa decisão. Os motivos retomam, em grande medida, o elenco apresentado na questão sobre quase-desistência: dificuldades financeiras, dificuldade em acompanhar as matérias, decepção com o curso ou com os professores, problemas de saúde mental, dificuldade de conciliar trabalho e estudo, falta de identificação com a profissão, falta de apoio familiar, problemas de saúde física, mudança de residência/questões geográficas e questões familiares. A recorrência de dificuldades econômicas e acadêmicas, combinada a problemas de saúde e à conciliação entre estudo e trabalho, indica que a evasão não pode ser atribuída a uma suposta “falta de esforço individual”, mas resulta de uma conjugação de fatores estruturais e institucionais que estreitam os horizontes de permanência, ecoando o desejo de “ser alguém na vida” contra a invisibilidade social que Alves (2013) ilustra com Galeano: “os ninguéns, os filhos de ninguém [...] que não são, embora sejam” (ALVES, 2013, p. 22).

A renda familiar à época da evasão tende a reproduzir o padrão de concentração nas faixas de até 1 salário mínimo e de 1 a 3 salários mínimos, reafirmando a vulnerabilidade econômica como variável decisiva na interrupção de estudos, sobretudo quando associada à necessidade de trabalhar para se sustentar ou para contribuir com o orçamento doméstico. Mesmo assim, quando indagados se gostariam de retomar os estudos no futuro, muitos respondentes assinalam “Sim, com certeza” ou “Talvez, dependendo das circunstâncias”, o que sugere que a evasão nem sempre implica o abandono definitivo do projeto de formação universitária; antes, ela pode ser interpretada como suspensão temporária, condicionada à possibilidade de reconfiguração das condições de vida, de trabalho e de acesso a políticas de apoio. Ao serem convidados a indicar quais apoios teriam feito diferença para a permanência, os evadidos reiteram a importância de bolsas e auxílios financeiros, restaurante universitário, transporte, moradia, apoio psicológico e orientação profissional, em consonância com o que apontam os estudantes que ainda estão matriculados.

Por fim, o conjunto de questões destinado a quem já concluiu o ensino superior aprofunda a análise da permanência bem-sucedida (em termos de diplomação), sem perder de vista as tensões e



desafios enfrentados ao longo do percurso. Parte importante desses egressos declara ter pensado em desistir em algum momento do curso, principalmente devido a dificuldades financeiras, necessidade de trabalhar para se sustentar, problemas de saúde mental, dificuldades em acompanhar as matérias ou falta de apoio pedagógico. Ao serem perguntados sobre o principal desafio enfrentado, as respostas destacam a conciliação entre estudo, trabalho e família, a escassez de recursos para transporte, alimentação e materiais acadêmicos, e a pressão emocional ligada ao desempenho e à incerteza quanto ao futuro profissional. Em contrapartida, quando indicam o que os fez permanecer até a conclusão, emergem como fatores centrais o apoio familiar e de amigos, bolsas e auxílios financeiros, a paixão ou interesse pelo curso e pela futura profissão, a qualidade dos professores e do ensino, as oportunidades de pesquisa e extensão, o suporte pedagógico e psicológico oferecido pela universidade e a resiliência pessoal – fatores que reforçam a "pedagogia das juventudes" defendida por Leal et al. (2021), como processos dialógicos que reconhecem jovens como sujeitos de direitos em construção contínua (ALMEIDA; ALVES, 2021, p. 33).

A questão final desse bloco pergunta se o estudante recebeu algum tipo de auxílio ou suporte da instituição que tenha contribuído para a conclusão do curso, oferecendo opções como auxílio financeiro (bolsas, moradia, alimentação), apoio pedagógico/psicológico, programas de monitoria ou reforço e a possibilidade de responder “não” ou “prefiro não responder”. As respostas indicam que, nos casos em que houve oferta de políticas de assistência e de apoio acadêmico, esses recursos foram percebidos como decisivos para a permanência até a graduação. Nos casos em que os estudantes indicam não ter recebido nenhum suporte, a diplomação é atribuída sobretudo à combinação entre apoio familiar, interesse pelo curso, expectativas de melhoria de vida e esforço individual, o que não elimina as dificuldades enfrentadas, mas tende a naturalizar a responsabilização do sujeito pela superação das barreiras colocadas pela falta de políticas institucionais.

Em conjunto, a apresentação do questionário e dos seus resultados mostra que as juventudes universitárias investigadas constroem seus projetos de vida acadêmicos e profissionais em um campo de possibilidades atravessado por desigualdades de classe, raça, gênero e trabalho, no qual o acesso ao ensino superior não garante, por si só, a permanência e a conclusão do curso. Ao explicitar perfis sociodemográficos, trajetórias de origem, motivações para ingresso, níveis de satisfação, experiências de quase-desistência, motivos de evasão e apoios percebidos como essenciais, o instrumento contribui para iluminar como esses projetos se sustentam – ou se interrompem – diante de condições materiais e simbólicas concretas, articulando-se à literatura como a de Gomes (2021), que destaca resistências cotidianas de jovens pobres frente a discriminações de gênero no acesso ao trabalho qualificado (GOMES, 2021, p. 77). Essa seção, portanto, prepara o terreno para a discussão, na qual os achados empíricos serão articulados à revisão sistemática sobre juventudes e projetos de vida, permitindo



tensionar políticas curriculares oficiais e políticas de assistência estudantil com as realidades vividas pelos jovens em contexto de ensino superior público federal.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações finais deste artigo permitem retomar o caminho percorrido, articulando a revisão sistemática qualitativa e os resultados empíricos do questionário aos objetivos propostos: caracterizar perfis sociodemográficos e trajetórias escolares, identificar motivações, dificuldades e permanência universitária e mapear expectativas acadêmicas e profissionais de jovens em contexto de ensino superior público federal. Ao fazê-lo, evidencia-se que os projetos de vida juvenis não podem ser compreendidos como escolhas estritamente individuais, mas como construções socialmente situadas, atravessadas por desigualdades de classe, raça, gênero, território e pelas condições concretas de escolarização e trabalho.

A revisão sistemática mostrou que a literatura recente sobre juventudes e projetos de vida converge em alguns pontos centrais. Em primeiro lugar, os estudos apontam que os projetos juvenis são elaborados em forte articulação com as experiências escolares e com as possibilidades (ou impossibilidades) de inserção no mundo do trabalho, marcadas pela precariedade, pela instabilidade e pela informalidade. Em segundo lugar, indicam que a escola e, no caso deste artigo, a universidade pública, continuam sendo percebidas como espaços privilegiados de mobilidade social e de ampliação de horizontes, ainda que frequentemente frustradas por currículos pouco sensíveis às desigualdades, pela falta de orientação para o futuro e por condições materiais adversas. Em terceiro lugar, evidenciam que os projetos de vida juvenis são interseccionados por marcadores sociais – como gênero, raça, classe e território – que configuram campos de possibilidade desiguais, produzindo tanto expectativas ampliadas quanto incertezas e inseguranças frente ao futuro acadêmico e profissional.

Os dados do questionário dialogam diretamente com essas tendências. O perfil sociodemográfico dos participantes revela uma juventude majoritariamente situada entre 18 e 24 anos, com forte presença de estudantes de origem popular, primeira geração no ensino superior ou oriundos de famílias com fraca tradição universitária. A trajetória escolar anterior, marcada pela predominância de escolas públicas e por passagens por escolas particulares mediante bolsas integrais ou parciais, reforça a presença de políticas de compensação e de mecanismos de inclusão que, ao mesmo tempo, ampliam o acesso e evidenciam a persistência de desigualdades. Em termos de renda, a concentração nas faixas de até 1 e de 1 a 3 salários mínimos confirma que uma parte expressiva desses jovens vive em contextos de vulnerabilidade econômica, o que impacta diretamente suas condições de permanência.

Ao analisar a situação atual em relação ao ensino superior, os níveis de satisfação com o curso e as experiências de quase-desistência, o questionário mostra que a permanência universitária é vivida



como processo tenso e negociado. A expressiva proporção de estudantes que já pensou em abandonar o curso, somada aos motivos mais recorrentes – dificuldades financeiras, dificuldades acadêmicas, decepção com o curso ou com os professores, problemas de saúde mental, conciliação trabalho-estudo –, repõe elementos amplamente discutidos pela literatura sobre evasão e permanência em instituições públicas. Entretanto, o fato de que muitos desses estudantes permanecem e projetam conclusão aponta para a importância de uma combinação entre apoios institucionais (bolsas, restaurante universitário, transporte, apoio psicopedagógico, monitoria) e apoios relacionais (família, amigos, redes de solidariedade), bem como para o papel da resiliência e da aposta no futuro profissional como motores desses projetos.

Do ponto de vista dos objetivos específicos, os resultados permitem afirmar que: (i) os perfis sociodemográficos e as trajetórias escolares dos participantes confirmam a presença de juventudes de origem popular no ensino superior público, tensionando a imagem elitizada tradicionalmente associada à universidade; (ii) as motivações para ingresso e permanência, assim como as dificuldades enfrentadas, mostram que o desejo de mobilidade social via diploma convive com a experiência concreta de precariedade, sobrecarga e adoecimento, o que aproxima os achados empíricos das análises teóricas sobre a ambivalência dos projetos de vida em contextos desiguais; e (iii) as expectativas acadêmicas e profissionais revelam tanto o desejo de continuidade dos estudos e de inserção laboral qualificada quanto o temor da não realização dessas expectativas diante de um mercado de trabalho marcado por desemprego, subemprego e desvalorização de determinadas áreas de formação.

Ao aproximar revisão sistemática e pesquisa empírica, este artigo contribui para evidenciar que as juventudes universitárias em contexto de ensino superior público federal constroem seus projetos de vida em tensão permanente entre políticas educacionais oficiais – que, em documentos como a reforma do ensino médio, convocam a escola a trabalhar “projetos de vida” – e condições socio-regionais concretas, que muitas vezes dificultam a realização desses projetos. Se, por um lado, a retórica do projeto de vida tende a responsabilizar o indivíduo pela construção de seu futuro, por outro, os dados empíricos aqui apresentados mostram que a efetivação desses projetos depende de um conjunto de condições estruturais, entre as quais se destacam políticas robustas de assistência estudantil, programas de apoio acadêmico, serviços de acolhimento psicossocial e práticas pedagógicas que reconheçam as juventudes como sujeitos de direitos, e não apenas como futuros trabalhadores a serem ajustados ao mercado.

Nesse sentido, as evidências produzidas pelo questionário corroboram e aprofundam as discussões presentes na literatura: os projetos de vida acadêmicos e profissionais dos jovens não se reduzem a “sonhos” abstratos, mas se inscrevem em trajetórias concretas, marcadas por entradas e saídas, por pausas e retomadas, por negociações entre trabalho, estudo, família e cuidado de si. A presença de estudantes que evadiram, mas expressam o desejo de retomar o ensino superior, indica que



a evasão não pode ser tomada apenas como fracasso definitivo, mas como efeito de condições que podem ser transformadas, caso haja ampliação de políticas de permanência e de suporte. Da mesma forma, o fato de egressos relatarem ter pensado em desistir, mas atribuírem a conclusão a apoios institucionais e relacionais, reforça o argumento de que a permanência bem-sucedida é sempre relacional e coletivamente sustentada.

Como implicação para o campo educacional, os resultados sugerem a necessidade de revisão crítica das abordagens normativas de “projeto de vida” que desconsideram as desigualdades estruturais. Em vez de restringir o debate à escolha de carreiras ou à responsabilização individual por trajetórias bem-sucedidas, torna-se urgente pensar projetos de vida como processos situados, que exigem políticas públicas capazes de ampliar o campo de possibilidades concretas de estudo e trabalho para as juventudes de origem popular. Para o ensino superior público federal, isso significa fortalecer políticas de assistência estudantil, consolidar programas de tutoria, monitoria e apoio pedagógico, investir em ações de cuidado em saúde mental e criar dispositivos institucionais que favoreçam a escuta das juventudes e sua participação na formulação de políticas.

Por fim, este artigo apresenta limites que também apontam caminhos para pesquisas futuras. O recorte empírico, centrado em um evento acadêmico e em um questionário autodeclarado, não permite generalizações estatísticas para todas as juventudes universitárias, mas oferece indícios relevantes sobre como jovens de origem popular, em contextos específicos, vivem a tensão entre desejo de mobilidade, expansão de direitos e condições materiais adversas. Estudos posteriores podem aprofundar essa análise por meio de abordagens longitudinais, que acompanhem trajetórias ao longo do tempo, e de metodologias participativas, que envolvam os próprios jovens na co-produção de conhecimento. Ainda assim, ao articular revisão sistemática e dados empíricos, o trabalho contribui para o debate sobre juventudes, projetos de vida e ensino superior, reafirmando que pensar perspectivas de futuro de jovens universitários exige olhar simultaneamente para suas disposições subjetivas e para as estruturas que sustentam – ou obstaculizam – a permanência e a construção de horizontes menos desiguais.



REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Jorddana Rocha de; ALVES, Maria Zenaide. Juventudes e projetos de vida. In: LEAL, Álida; NONATO, Bréscia; CORREA, Licínia; NONATO, Symaira (orgs.). Juventude brasileira e educação: cadernos temáticos. Belo Horizonte: Fino Traço Editora, 2021. (Série de Cadernos Temáticos “Juventude brasileira e educação”).
- BARDIN, L. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; nº 11.494, de 20 de junho de 2007; e nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e o art. 318 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 fev. 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm. Acesso em: 3 fev. 2026.
- BUSSINGUER, Elda Coelho de Azevedo; NEVES, Edilene Souza da Silva. Juventude e políticas públicas: bônus ou oportunidades perdidas? Revista de Direitos e Garantias Fundamentais, Vitória, v. 17, n. 2, p. 241–292, jul./dez. 2016. Disponível em: <http://repositorio.fdv.br:8080/bitstream/fdv/907/1/921-Texto%20do%20artigo-2532-1-10-20170310.pdf>. Acesso em: 4 fev. 2026.
- CARLI, Flávio Dalera de. Antes não, agora sim! protagonismo juvenil, projeto de vida e processos de ressingularização na escola: um olhar a partir do Programa Ensino Integral em São Paulo. 2018. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.
- Dornelles, G. N. Juventudes e projeto de vida: uma revisão bibliográfica na área da Educação (2011-2020). 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia – Licenciatura) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/245660>. Acesso em: 3 fev. 2026.
- FODRA, Sandra Maria. O projeto de vida no ensino médio: o olhar dos professores de História. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.
- GOMES, G. C. P. G. Projetos de vida e aspirações profissionais de jovens egressas do curso Pro-Técnico do CEFET-MG. Belo Horizonte: CEFET-MG, 2021.
- PEREGRINO, Mônica; PINHEIRO, Diógenes; SOUZA, Luiz Carlos de. Engajamento, educação e trabalho: demandas da juventude no Brasil. Revista de Ciências Sociais, DS-FCS, Montevideo, v. 31, n. 42, p. 127-150, jan./jun. 2018. DOI: 10.26489/rvs.v31i42.6.
- SOUSA, Michela Augusta de Moraes. Juventudes e a disciplina projeto de vida em uma escola em tempo integral de Catalão – GO. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2020.

